

Psicologia e docência no Brasil: desafios e condições de possibilidade

Psychology and teaching in Brazil: progress, challenges and conditions of possibility

Lucas Antunes Machado

Resumo: O artigo discute a atual situação da licenciatura em psicologia a fim de descortinar os desafios e condições de possibilidade para a docência em psicologia na Educação Básica. Toma-se como contexto de estudo a atual Resolução CNE/CES nº 5/2011 que propõe a formação de professores de psicologia para Educação Básica. A metodologia empregada foi a de análise exploratória e descritiva do banco de dados da Sinopse Estatística da Educação Superior – Censo da Educação Superior (INEP/MEC). Os dados analisados foram: quantidade de cursos por habilitação; categoria administrativa de instituições ofertantes; e número de matrículas/conclusões em cursos de licenciatura em psicologia. A partir de recentes pesquisas sobre a crise da profissão docente no país concluiu-se que habilitação de bacharelado mantém hegemonia em detrimento da licenciatura em psicologia como resultado de um projeto formativo de ciência psicológica calcada no modelo de profissional liberal/biomédico.

Palavras-chave: Psicologia; Docência; Formação de Professores.

Abstract: The article discusses the current situation of the degree in psychology in order to unveil the challenges and conditions of possibility for teaching psychology in Basic Education. The current CNE/CES Resolution nº 5/2011, which proposes the training of psychology teachers for Basic Education, is taken as a study context. The methodology used was the exploratory and descriptive analysis of the Statistical Synopsis of Higher Education database – Higher Education Census (INEP/MEC). The data analyzed were: number of courses per qualification; administrative category of offering institutions; and number of enrollments/completions in psychology degree courses. Based on recent research on the crisis in the teaching profession in the country, it was concluded that the qualification of a bachelor's degree maintains hegemony at the expense of a degree in psychology as a result of a training project in psychological science based on the liberal/biomedical professional model.

Keywords: Psychology; Teaching; Teacher Training.

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão e uma discussão acerca da docência em psicologia nos contextos escolares de Educação Básica, tendo em vista a promulgação em 11 de março de 2011, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em psicologia onde, na ocasião de sua homologação estabeleceram, dentre outros, a elaboração de projetos pedagógicos *complementares* de formação de professores de psicologia para a Educação Básica. Embora diversos trabalhos (KOHATSU, 2013, 2015;



KOHATSU; MACHADO, 2018; MACHADO; TIMM; STÖBUS, 2016; MACHADO; VITÓRIA, 2018; MACHADO, 2021; SOUZA, 2007) dediquem-se a compreensão de como se configura a formação docente e ensino de psicologia, ainda se observa uma lacuna no que tange à compreensão sobre o desinteresse e aparente invisibilidade da licenciatura e docência em psicologia.

A homologação do Parecer nº 338/2009 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em psicologia (Resolução CNE/CES nº 5/2011) e institucionalizou a obrigatoriedade da oferta de licenciatura em psicologia para todas as instituições com cursos de psicologia no país. Assim, prevê-se no parágrafo 7º, do art. 13 das DCNs que as atividades atinentes à formação do professor de psicologia deverão ser assimiladas e adquiridas no decorrer do curso, em caráter *complementar* ao curso de psicologia e oferecida a todos os alunos (BRASIL, 2011). Segundo as DCNs para os cursos de graduação em psicologia, “a formação do professor de psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no país” (BRASIL, 2011, p. 1), qual seja, a Resolução CNE/CP nº 2/2015, de 1º de julho de 2015.¹

O atual contexto educacional em que se insere a obrigatoriedade da licenciatura em psicologia deve ser levado em conta. Sendo assim, pode se citar a retirada da psicologia como disciplina do currículo do Ensino Médio – Lei nº 9.396/1990 – LDB (BRASIL, 1996), outrora mencionada como disciplina transversal no Ensino Médio pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 2004); a falta de clareza para alunos e professores quanto ao papel da psicologia no currículo escolar e as diferentes interpretações realizadas entre os papéis de psicólogo escolar, psicólogo clínico e professor de psicologia (MRECH, 2001; 2007; MACHADO; SEKKEL, 2013; MACHADO, 2016) podem ser mencionados como fatores a interferir no contexto de

¹ É importante recordar que as Resoluções em vigor sobre formação de professores na época da implementação das DCNs de psicologia eram as CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002. Atualmente a Resolução que define das diretrizes curriculares para formação inicial e continuada de professores em nível superior é a Resolução CNE/CP nº 2/2015.



inserção da Resolução CNE/CES 5/2011 e da obrigatoriedade da formação de professores de psicologia.

De acordo com dados atualizados do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021), existem no Brasil, 413.878 psicólogos/as² registrados em seus respectivos conselhos. Tais números não contemplam o total de psicólogos licenciados e/ ou bacharéis que exercem atividades de docência na Educação Básica, no Ensino Médio e na modalidade de Educação Profissional de Nível Médio em cursos de magistério. A insuficiência de informações sobre a licenciatura e docência em psicologia na Educação Básica também constitui um parecer importante a ser explorado³.

A partir do contexto apresentado, o presente artigo tem por objetivo discutir a atual situação da licenciatura em psicologia a fim de descortinar os desafios e condições de possibilidade para a docência em psicologia na Educação Básica. O artigo se organiza em três momentos: no primeiro, realiza-se uma incursão histórico-legal sobre ensino e formação de professores de psicologia nos últimos anos no Brasil, em seguida são apresentados dados relativos à situação dos cursos de licenciatura em psicologia a partir de análise do Censo da Educação Superior (INEP/MEC) a fim de identificar quais os desafios, perspectivas e condições de possibilidades da formação de professores de psicologia no país e, por fim, os dados são analisados a partir da discussão sobre a evasão nos cursos de licenciatura e os problemas enfrentados pela carreira docente. A desvalorização e intermitência da docência em psicologia é discutida a partir dos pressupostos foucaultianos referentes à emergência do saber psicológico na modernidade.

² Dados retirados do Infográfico: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

³ Em artigo sobre atuação de professores de psicologia do Ensino Médio, Kohatsu (2013) aponta que, no ano de 2009, havia 125 professores de psicologia concursados e efetivos na rede pública estadual do Estado de São Paulo. Este número, de acordo com o autor, estava em redução gradativa em função da aposentadoria dos docentes. Os dados apresentados por Kohatsu (2013) podem ser considerados o levantamento mais recente sobre a atuação de professores de psicologia na Educação Básica.



Notas sobre docência e licenciatura em psicologia no Brasil

O campo do ensino da docência e da formação do professor de psicologia vem se constituindo em problemática de estudos e reflexões. Observa-se tendência de análises sobre a temática concentrada nas possibilidades de atuação do professor de psicologia no Ensino Médio e na Educação Profissional (DADICO, 2009; KOHATSU, 2013; KOHATSU; MACHADO, 2018; MACHADO, 2021; PANDITA-PEREIRA, 2012).

O ensino de psicologia nas escolas secundárias se deu através da substituição da matéria de *Filosofia* (que posteriormente se estabelece como disciplina autônoma) pela disciplina nominada por Benjamin Constant em 1890, como *Pedagogia e Psicologia*. (MASSIMI, 1993; MRECH, 2007, 2013; PFROMM NETTO, 2001; SOLIGO, 2010). Apesar da presença da psicologia no currículo escolar, reportam Cirino e Miranda (2013) e Soligo e Azzi (2008) sobre a constante presença dessa disciplina nas Escolas Normais de formação de professores para o magistério no ensino público primário do século XX. Ainda, algumas pesquisas sobre o ensino de psicologia como disciplina nos currículos de cursos das áreas de educação, saúde, administração, recursos humanos e direito (AMADO, 2013; PANDITA-PEREIRA; SEKKEL, 2012; SOLIGO; AZZI, 2008) vêm reiterando as contribuições da psicologia na Educação Básica.

Anterior à regulamentação da profissão no país, pode-se observar que o ensino de psicologia no currículo das escolas de ensino secundário, técnicas e cursos normais detinha certo prestígio, dada a presença quase constante da mesma como disciplina obrigatória ou eletiva. As *Reformas Francisco Campos* e *Capanema*, nos anos de 1932 e 1940, respectivamente, bem como a Lei Federal nº 4.024/1961 – LDBEN, emergem como *locus* de inclusão do ensino de psicologia nos cursos secundários e técnicos (SOLIGO, 2010; SOLIGO; AZZI, 2008; SOLIGO; CONDE; MORENO; LEITE; AZZI, 2008) constituindo-se em importantes marcos de consolidação do ensino de psicologia no currículo da Educação Básica e Superior no Brasil.

Todavia, o espaço conquistado pela psicologia no campo do magistério progressivamente perde-se com a implementação da Lei Federal nº 5.692/1971



– LDBEN que retira a psicologia dos currículos secundários, sobretudo em razão do espírito conservador engendrado pela Ditadura Militar (DADICO, 2009; SOLIGO; AZZI, 2009; SOLIGO, 2010). Soligo et al. (2008), referem a inclusão da psicologia como disciplina obrigatória no segundo segmento do ensino secundário profissionalizante neste mesmo período. Pode-se levar a cabo a hipótese de que o ensino de psicologia na educação profissionalizante deste período esteja voltado muito mais para uma formação instrumental do que crítico-reflexiva.

No período de redemocratização do país há a sugestão do ensino de psicologia, pela Lei Federal nº 7.044/1982, constituindo a parte diversificada do currículo do segundo grau (MRECH, 2000; MELLO, 2013; SOARES, 1996; SOLIGO et al., 2008). Verifica-se, portanto, uma retomada da discussão sobre os fins do ensino de psicologia na formação e no processo de redemocratização da educação. É nessa perspectiva que o ensino de psicologia retoma seu lugar como disciplina curricular independente em diversas instituições escolares, sobretudo no Estado de São Paulo.

Neste contexto, as diversas mudanças instituídas no campo da legislação educacional têm implicado (re)direcionamentos no campo do currículo educacional, em que a psicologia vem mantendo presença intermitente nos currículos de cursos normais ou de Educação Profissional de Nível Médio. Nesse ínterim, embora não se obtenha um consenso a respeito da retirada ou inclusão da psicologia como disciplina integrante do currículo nacional em diferentes momentos da história da política educacional, é importante que se verifique e reconheça a historicidade que compõe o campo da licenciatura e do ensino de psicologia no Brasil, sobretudo na esfera das políticas educacionais vigentes da época e de sua importância na constituição da psicologia enquanto profissão.

Nessa perspectiva, os dados da história do ensino de psicologia nas escolas brasileiras apontam que o ensino dessa disciplina no currículo da Educação Básica já se fazia presente antes da regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil. Portanto, anterior à existência de cursos de licenciatura em psicologia e da própria prática profissional de psicólogos, a docência constituiu-



se enquanto campo de atuação para profissionais da psicologia (MACHADO, 2021). Anterior a regulamentação oficial da profissão de psicólogo, o Projeto de Lei nº 3.825-A, que dispunha sobre os cursos de formação em psicologia e regulamentava a profissão em dois níveis (bacharelado e licenciatura), no capítulo III, Art. 10, ao dispor sobre as funções do psicólogo licenciado, previa:

O diploma de licença em psicologia, modalidade pesquisa e ensino, após registro do título, habilita o portador ao ensino de psicologia e filosofia em escolas de ensino médio, bem como, após estágio de 4 (quatro) meses em serviços na espécie, em estabelecimentos oficiais ou colégios de aplicação anexos a faculdades de filosofia, ao exercício das funções de orientador educacional (BRASIL, 1958a, p. 2).

A oficialização da profissão de psicólogo, regulamentada pela Lei nº 4.119 (BRASIL, 1962), contempla, em linhas gerais, as proposições atinentes à formação do licenciado em psicologia propostas pelo Projeto de Lei 3.825-A. O art. 1º da regulamentação já explicita a formação de psicólogo dado a partir de três ênfases: bacharelado, licenciatura e psicólogo. No capítulo III, que dispõe sobre os direitos conferidos aos diplomados, o Art. 12º desvela que “ao portador do diploma de licenciado em Psicologia é conferido o direito de lecionar Psicologia, atendidas as exigências legais devidas” (BRASIL, 1962, p. 2), sendo que nos Art. 11º e 13º o direito de ensinar psicologia é reiterado. Embora não exista consenso entre os estudiosos da história da psicologia sobre em qual dos artigos do capítulo III há referência explícita ao ensino de psicologia para Educação Básica, em linhas gerais, a regulamentação da profissão reconhece o ensino como atividade do profissional do formado em psicologia.

Partindo desta breve reconstituição histórico-legal de como se deu a construção da docência e licenciatura em psicologia nos últimos anos, bem como de como se articularam as políticas educacionais vigentes em cada período, apresenta-se, a partir de agora, resultados de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório que objetivou mapear a atual situação da licenciatura em psicologia no Brasil.



Percursos Metodológicos

Trata-se de um artigo teórico que se utiliza de uma metodologia descritiva e exploratória para traçar um panorama geral da atual situação dos cursos de licenciatura em psicologia a partir da compreensão dos desafios e condições de possibilidades desta habilitação para os licenciados em psicologia. Primeiramente foi realizada revisão teórica histórico-legal sobre a licenciatura e o ensino de psicologia em bases de dados indexadas, a partir de estudos já realizados sobre o tema. Posteriormente coletou-se informações estatísticas sobre os cursos de formação de professor de psicologia junto aos dados do Censo do Ensino Superior, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019).

Os dados coletados junto ao Censo da Educação Superior se referem à habilitação (bacharelado/licenciatura em psicologia); à categoria administrativa da instituição (pública/privada); e matrículas/conclusões nos cursos de licenciatura em psicologia de instituições universitárias brasileiras.

Utilizou-se como critério de inclusão, os dados relacionados aos cursos de licenciatura em psicologia registrados na Sinopse Estatística da Educação Superior a partir do ano de 2009. Portanto, serão apresentados neste texto dados que cobrem a situação da licenciatura em psicologia do período 2009-2019. Optou-se por esse critério de inclusão em função da instituição da obrigatoriedade da licenciatura através do projeto pedagógico *complementar* para formação pedagógica do professor de psicologia para a Educação Básica (Resolução CNE/CES nº 5/2011). Nesse sentido, é a partir do ano de 2011 que a licenciatura em psicologia passa a ser obrigatória nas IES.

Um breve panorama da situação da licenciatura em psicologia no Brasil

Serão apresentados a partir de agora os dados referentes à situação atual dos cursos de licenciatura em psicologia no Brasil. Fez-se um recorte do banco de dados do Censo de Educação Superior no período de 2009-2019 (INEP, 2019) e levantados, para fins de análise, as seguintes informações: i) relação de cursos de psicologia por habilitação (bacharelado e licenciatura); ii) instituições de ensino superior com oferta da habilitação licenciatura em



psicologia; iii) número de matrículas na licenciatura em psicologia; e iv) número de concluintes/egressos dos cursos de formação de professores de psicologia. Estes dados se tornam relevantes a fim de descortinar a atual configuração destes cursos em função das determinações da Resolução CNE/CES nº 5/2011, qual seja a formação pedagógica do professor de psicologia.

Inicialmente procurou-se identificar a relação de cursos de psicologia por habilitação ofertada no país, qual seja, licenciatura e bacharelado. Identificou-se que os cursos de bacharelado perfazem quase a totalidade de cursos ofertados no país, com 755 (99%) cursos ativos. A licenciatura em psicologia é ofertada por apenas 11 instituições em todo o país, representando apenas 1% dos cursos.

Os dados relativos a inexpressiva oferta de cursos de licenciatura em psicologia requerem investigações mais aprofundadas, dado que, desde 11 de março de 2011, a Resolução CNE/CES nº 5/2011, prevê a obrigatoriedade da oferta desta habilitação em todas as instituições com cursos de psicologia ativos. Ademais, esses dados podem ser corroborados com o que pesquisas sobre o perfil de atuação profissional de psicólogos brasileiros vêm demonstrando há alguns anos. Bastos e Gomide (2010) agrupam o conjunto de atividades e objetivos da atuação do psicólogo brasileiro em quatro grandes áreas: clínica, escolar, industrial e docência. Destas quatro áreas a docência ocupa 11,5% das práticas profissionais dos psicólogos investigados contra 43,4% de atuações na clínica, 18,8% na organizacional e 14,3% na escolar. Embora a docência tenha sido referida na pesquisa supracitada, vale mencionar que esta não especifica se a atuação em docência reportada pelos profissionais é na Educação Básica, no Educação Superior ou em ambos.

Outro dado de destaque sobre a atuação profissional é que 18,9% dos psicólogos brasileiros entrevistados reportam instituições de ensino e pesquisa como local de trabalho. Como é de esperar, consultórios particulares e empresas são o local de atuação profissional de mais da metade da amostra de profissionais inquiridos. (BASTOS; GOMIDE, 2010). A pesquisa sobre a trajetória profissional de psicólogos conclui que, embora a docência tenha atingido um aumento de interesse entre os profissionais, ainda é vista como



complementar. A clínica, por sua vez, revela grande poder de atração, seguida das áreas organizacional e escolar.

No que concerne aos dados relativos às instituições de ensino com oferta da habilitação licenciatura em psicologia no período de 2009 a 2014, não constam informações oficiais de oferta da formação de professores de psicologia em universidades brasileiras. Em análise ao Censo da Educação Superior (2019), observou-se que houve diminuição considerável no número de instituições de ensino superior com cursos de licenciatura em psicologia no período de 2015 a 2019. Segundo os dados do Censo, dos 11 cursos de formação de professores de psicologia, 8 são ofertados por instituições públicas e apenas 3 por instituições privadas, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 – Instituições com cursos de licenciatura em psicologia

Ano	Total					
	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comum./Confes.
2009	7	5	1	.-	1	.
2010	nc	-	-	-	-	-
2011	nc	-	-	-	-	-
2012	nc	-	-	-	-	-
2013	nc	-	-	-	-	-
2014	nc	-	-	-	-	-
2015	16	11			5	
2016	15	10			5	
2017	11	8			3	
2018	11	8			3	
2019	11	8			3	
2019*	755	79			676	

*Total de Cursos de psicologia

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo da Educação Superior (2019).



Nota-se, portanto, que a maioria das instituições que ainda oferecem a licenciatura são públicas. Considerando o número total de cursos de psicologia no Brasil (755), são pouquíssimos os que oferecem a formação de professor de psicologia. Esse dado corrobora a forte presença e compromisso das instituições públicas com a formação de professores, ao passo que revela o pouco investimento por parte dos cursos pertencentes a instituições privadas na formação do professor de psicologia. Dentre as principais causas para este fenômeno estão o custo para abertura de turmas, contratação de professores da área da educação, infraestrutura, dentre outros.

Quanto ao número de matrículas nos cursos de licenciatura em psicologia, a tabela 2, aponta para a classificação de três períodos. No período que corresponde ao ano de 2009, constatou-se que, de um total de 430 matrículas em cursos de licenciatura em psicologia no Brasil, 429 concentraram-se em instituições públicas (federais e estaduais) e apenas 1 em instituição privada. Num segundo período (2010-2014) não houveram informações relativas ao número de matriculados nos cursos de licenciatura, perfazendo um período de cinco anos sem dados desta habilitação nas universidades. Esse fato pode estar relacionado ao período que antecede as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de psicologia em que a oferta da licenciatura não era obrigatória, bem como ao fato de a disciplina de psicologia ter sido retirada do currículo escolar do Ensino Médio. No terceiro período, que perfaz os anos 2015-2019, observa-se que, além do número de matrículas nos cursos de formação de professores de psicologia voltar a ser computado pelo Censo da Educação Superior, nota-se um declínio no período de 2015 a 2018, com uma elevação significativa no ano de 2019. O número de matrículas nas instituições públicas e privadas não demonstra discrepância. Inclusive em alguns anos (2015, 2018 e 2019), o número de matrículas nas instituições privadas foi maior do que nas públicas. Em comparação com o número total das matrículas nos cursos de bacharelado em psicologia (270.239), tomando como referência o ano de 2019, o número de matrículas na licenciatura (1.022) é insignificante (0,38%).



Tabela 2 - Matrículas em cursos de formação de professor de psicologia

Ano	Total Geral					
	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comum./ Confes.
2009	430	105	324	.	1	.
2010	nc	-	-	-	-	-
2011	nc	-	-	-	-	-
2012	nc	-	-	-	-	-
2013	nc	-	-	-	-	-
2014	nc	-	-	-	-	-
2015	1.426	622			804	
2016	1.071	565			506	
2017	857	507			350	
2018	882	434			448	
2019	1.022	491			531	
2019*	270.239	27.644			242.595	

*Total de Cursos de psicologia

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo da Educação Superior (2019).

Os dados relativos ao número de concluintes/egressos na formação de professor de psicologia também demonstram tendência decrescente, a exceção do ano de 2019, que teve um número superior em relação aos dois anos anteriores (2018 e 2017) e inferior a 2016 e 2015, sendo 2015 o ano com o maior número de egressos desde o início da vigência das DCN de cursos de psicologia (Resolução nº 5/2011 (BRASIL, 2011). Em comparação com o número total de egressos dos cursos de bacharelado em psicologia no país (37.584) referente ao ano de 2019, os egressos dos cursos de formação de professores de psicologia (174) representam apenas 0,46%.

Schwerz, Deimling, Deimling e Silva (2020) destacam como fatores que têm afetado de forma mais decisiva a diminuição no número de professores formados em cursos de licenciatura a alta taxa de evasão e a pouca procura por esta habilitação, haja vista a não atratividade da carreira docente. Melhores



condições de permanência, apropriação de conhecimento, investimento financeiro em políticas públicas para educação, melhores condições objetivas e subjetivas de trabalho, formação qualificada, condições mínimas e suporte humano são algumas das questões que estão relacionadas ao baixo aproveitamento de vagas e alta evasão em cursos de licenciatura e que, caso solucionadas e superadas, poderiam contribuir para efetiva melhora nos números relativos à carreira docente no país (SCHWERZ; DEIMLING; DEIMLING; SILVA, 2020).

Como se observa, os cursos de bacharelado em psicologia aparentam possuir uma atratividade maior em relação à licenciatura, possivelmente em função do prestígio social que a psicologia tem alcançado em função da inserção dos profissionais ligados à psicologia no campo da clínica e ao modelo biomédico de profissão liberal que tem sustentado a formação em psicologia no país. Aliado à crescente desvalorização do magistério e da carreira de professor, a licenciatura em psicologia tem perdido seu valor profissional e social dentro do próprio campo da psicologia. Os dados disponíveis no banco de dados do INEP/MEC demonstram que, embora a licenciatura em psicologia tenha se mantido entre permanências e ausências nos últimos anos, ainda se caracteriza como habilitação descartada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que as ofertam, como é de depreender pela ausência de dados por cerca de cinco anos do Censo da Educação Superior. Também não se pode deixar de citar a pouca procura pela habilitação de professor entre alunos dos cursos de psicologia que, se comparadas com as matrículas e conclusões de cursos de habilitação de psicólogo se tornam ínfimas.

Docência e psicologia: notas para reflexão

É consenso da literatura educacional a crise pela qual os cursos de licenciatura e a profissão de professor vêm passando nas últimas décadas. Diversos autores (ARANHA; SOUZA, 2013; DINIZ-PEREIRA, 2015; GATTI, 2013; SCHWERZ; DEIMLING; DEIMLING; SILVA, 2020) apontam as dificuldades que os cursos de formação docente vêm apresentando no que diz



respeito a captura e permanência de alunos nos cursos de licenciatura. De acordo com Gatti (2010), esta crise não é atual, haja vista o modelo histórico de formação de professores implementado no início do século XX e destinado a complementar a formação do bacharel com mais um ano de disciplinas pedagógicas. Esse modelo de formação ficou historicamente conhecido como “três mais um” (CANDAU, 1987; GATTI, 2010; 2013) e ainda hoje é questionada sua superação pelas políticas de formação docente (KHRAE, 2009; BRASIL, 2009).

Uma outra contribuição de Gatti (2010) se refere a denúncia sobre a fragmentação dos currículos de formação de professores em que áreas disciplinares se sobrepõem à formação pedagógica. A autora ainda aponta a ausência no país de Instituições de Ensino Superior voltadas para a formação específica de professores, tal qual ocorre em outros países. Outro aspecto abordado pelas pesquisas, com base na crise das licenciaturas, refere-se ao forte investimento estatal de lógica neoliberal nas reformas educacionais intensificadas na década de 1990 (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003) que se faz presente também nas políticas de formação docente no país. Segundo Diniz-Pereira (2015, p. 273) a “hegemonia da educação empresarial e mercantil” se faz presente sobretudo nos cursos de licenciatura em que se observa forte tendência de formação de professores realizada em instituições privadas, cursos noturnos e à distância.

Como se pode verificar, são diversos os problemas enfrentados pelos cursos de licenciatura em relação ao interesse pela carreira de professor, quais sejam, problemas estruturais e institucionais crônicos que, ao que parece, estão longe de cessar. No caso da licenciatura em psicologia, guardadas suas especificidades, encontra-se em um cenário muito próximo da crise das licenciaturas em geral. Conforme apontam Barros (2007) Simões e Paiva (2007), Mrech (2007), Machado, Timm e Stobaus (2016) existe um desinteresse dos profissionais da psicologia pela docência. Dentre as razões para a pouca atratividade da profissão docente entre psicólogos está a valorização maciça dentro dos próprios currículos de formação em psicologia, bem como em áreas como a clínica.



Questões relacionadas à falta de infraestrutura, salários abaixo do piso nacional, cursos de formação inicial e continuada pouco ou nada relacionados com a realidade, violência, desânimo e sofrimento mental – consequências das condições materiais mencionadas -, são apenas alguns exemplos dos motivos pelos quais professores em atividade e até alunos de licenciatura têm demonstrado desmotivação pelas licenciaturas e docências.

Contudo, como procura-se argumentar neste artigo, a desvalorização da formação de professores de psicologia e do seu ensino na Educação Básica, no campo específico da psicologia, tem relação com o estabelecimento da psicologia como ciência objetiva e neutra do comportamento humano em um período de estabelecimento das ciências humanas aos moldes das pesquisas em ciências naturais e experimentais no século XIX. Apresenta-se a hipótese de que esta situação combinada com a crescente desvalorização das licenciaturas, já aventadas nas páginas precedentes, pode ser uma possibilidade para se refletir e problematizar sobre o desinteresse pela licenciatura e ensino entre os profissionais da psicologia.

A partir das discussões até aqui empreendidas fica clara a relação entre poder e formação de professores no interior dos cursos de graduação. No caso específico da psicologia, compreende-se que a relação entre bacharelado e licenciatura tem se mostrado mais aguda e premente. No intento de avançar as discussões e compreender o atual estado de coisas em que se encontra a licenciatura e a docência em psicologia, quais sejam, o aparente desinteresse e invisibilidade dados a essas áreas no interior da formação em psicologia, procura-se problematizar o tema a partir de alguns pressupostos teóricos foucaultianos.

Na perspectiva de Nardi e Silva (2004) a invenção da psicologia científica na modernidade está relacionada com a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, portanto, apresenta forte tendência adaptacionista e normalizadora. Michel Foucault, em sua genealogia das Ciências Humanas, reporta que a emergência dos saberes “*psi*” esteve alinhada ao projeto de uma sociedade moderna que visava disciplinar e esquadriñar os corpos. Essa disciplinarização – ou poder disciplinar – se dá



no âmbito de instituições como as escolas, quartéis, prisões, hospitais e indústrias. E é no interior das instituições escolares que os saberes “*psi*” – psicologia, psicanálise e psiquiatria – se farão presentes em suas finalidades de adaptar e esquadrihar os corpos adestrando:

as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se ficar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (FOUCAULT, 2014, p. 167).

É neste meandro, que a psicologia científica se configura junto ao projeto da sociedade moderna emergente com base nos pressupostos que sustentavam as pesquisas em ciências da natureza e experimentais (FOUCAULT, 2002). Com isto, se consolidaram áreas como a psicologia educacional já na primeira metade do século passado, imbuída de fortes imperativos objetivistas advindos das ciências clássicas positivistas, consolidando na psicologia, ao longo de todo o século XX, toda uma “tradição de familiaridades com práticas de normalização social” (FILHO; TRISOTTO, 2007, p. 7). Foucault (2014) ainda entende que as instituições escolares integram em seu interior três procedimentos de controle eficazes e necessários para a produção e engrenagem do poder disciplinar que são o ensino em sua integralidade, a aquisição de conhecimento advindo da atividade pedagógica e a observação recíproca e hierarquizada do contexto escolar. Para o autor, a fiscalização regular é intrínseca à prática de ensino e constitui “um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficácia” (p. 173).

Neste preâmbulo, é que ao final do século XIX e durante o século XX os “psicologistas”, como eram denominados os profissionais que se dedicavam às ciências “*psi*” naquele período, são chamados sobretudo para atuar no ensino de psicologia em Escolas Normais de formação de professores. Cirino e



Miranda (2013) recordam que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por discursos de progresso e modernização do país e a educação toma centralidade nesses discursos na medida em que se inicia um processo de ampliação e investimentos no campo da formação de professores “cientificamente preparados” (p. 45). Nesse sentido, áreas do conhecimento como a psicologia, a sociologia, a biologia e a estatística passam a ser demandadas enquanto saberes científicos da dinâmica escolar. Mesmo quando estava concentrada no currículo como disciplina, no caso da “Psicologia Infantil”, por exemplo, era organizada para aplicação de testes de psicomotricidade e inteligência (CIRINO; MIRANDA, 2013, p. 46).

Hünning e Guareschi (2014), a partir do pensamento foucaultiano, afirmam que os emergentes incômodos em relação às práticas psicológicas tradicionais dizem respeito justamente a tentativa e pretensão de se desvelar o sujeito a partir de meios e técnicas inspirados no paradigma positivista. Afirmam que a cisão entre indivíduo e sociedade na psicologia ocorre “em grande parte de seu investimento no sentido de produzir medidas, testagens e previsões” (p. 160).

É preciso apontar para o fato de que a psicologia e sociologia são demandadas enquanto conhecimento científico explicativo do comportamento humano escolar junto às ciências tidas como “puras” no campo científico – biologia e estatística - este período tem relação com todo o engajamento que estas áreas intentaram ao longo do século XIX de constituírem-se a partir de bases científicas sólidas por meio de uma filosofia positivista de ciência. Inclusive, os discursos e práticas em que a psicologia e a sociologia – enquanto ciências das humanidades – vão se tecendo têm fortes tendências na “crença de que a razão é capaz de captar a dinâmica do mundo material e de que a lei natural, inscrita no coração dos homens, pode ser descoberta espontaneamente” (QUINTANEIRO, BARBOSA; OLIVEIRA, 2009, p. 13). É sob o espírito do empirismo, do racionalismo cartesiano e do avanço das ciências experimentais que as ciências das humanidades vão tomando forma e, tomam emprestado destas as bases para a sua produção de conhecimento. Não obstante, problematizações a partir de Foucault apontam que a



emergência das ciências humanas advém de formações discursivas que foram sendo tecidas ao longo de três séculos sobre o sujeito da modernidade (HÜNNING; GUARESCHI, 2014) e, em específico, constitui-se a psicologia como ciência positivista que institui uma “noção de um sujeito universal que tornaria inquestionável a generalização a partir de pesquisas fundadas metodologicamente em testes de probabilidades estatísticas” (p. 163).

Na perspectiva de Patto (2007), a psicologia pouco se beneficiou da primazia dada às ciências experimentais, pois, em detrimento da metafísica, os critérios de cientificidade esvaziaram-se do pensamento e da reflexão ético-política, elemento essencial do comportamento científico. Nesse ínterim, afirma que a psicologia acaba por ser utilizada como “instrumento político de reprodução da ordem social em vigor” (p. 4), contribuindo para reprodução de valores burgueses.

Portanto, frente ao contexto acima exposto, compreende-se que o atual estado de coisas em que se encontra o ensino e docência em psicologia não pode ser explicado somente pelo fato de a psicologia não estar incluída na legislação educacional (currículo escolar) ou pela crescente desvalorização e desprestígio da profissão de professor no Brasil. Questões vinculadas a um projeto de formação do sujeito moderno e da própria constituição dos saberes da psicologia também apontam para certa desvantagem e apagamento de uma possibilidade de fazer e atuar psicologia na escola de Educação Básica. Mesmo quando a psicologia se volta para o campo da educação – sobretudo na emergência da psicologia escolar e educacional – se observa uma prática profissional alinhada a um projeto político comprometido com uma prática de governamentalidade liberal.

Considerações finais

Este artigo objetivou traçar um breve panorama da atual situação da docência e da licenciatura em psicologia no Brasil. Recorreu-se a uma revisão histórica e legal sobre a inserção e situação do ensino de psicologia em escolas secundárias entre os séculos XIX e XX. A fim de descortinar a situação da formação do professor de psicologia, optou-se por analisar os dados do



Censo da Educação Superior (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), com recorte para a habilitação licenciatura e bacharelado nos cursos de psicologia, categoria administrativa das instituições que ofertam a formação docente e relação de matrículas e conclusões em cursos de licenciatura em psicologia. Por fim, recorreu-se à discussão e análise dos dados inquiridos a partir da discussão sobre a evasão nos cursos de licenciatura e os problemas enfrentados pela carreira docente. A desvalorização e intermitência da docência em psicologia foi analisada a partir dos pressupostos foucaultianos referentes à emergência dos saberes psicológicos na modernidade.

Em relação à licenciatura em psicologia, compreende-se ser importante conceituá-la dentro do contexto do campo da psicologia, dada a especificidade desta formação referida nas diretrizes curriculares. A licenciatura em psicologia refere-se ao curso de formação pedagógica *complementar* ao de formação de psicólogos e destina-se a formar professores habilitados a ministrar disciplinas de psicologia na Educação Básica, sobretudo nas modalidades de Educação Profissional de Nível Médio e Ensino Médio. Embora as diretrizes incluam a atuação do professor de psicologia em todos os contextos que envolvam a Educação Básica, as modalidades de Educação Profissional de Nível Médio e Ensino Médio destacam-se como contextos de atuação e intervenção para licenciados e docentes de psicologia.

A partir do exposto, destaca-se a importância da retomada histórica e legal da docência e licenciatura em psicologia. A atual política de formação de professores de psicologia, engendrada no bojo das DCNs (Resolução CNE/CES nº 5/2011), para os cursos de graduação em psicologia, embora esteja situada na retomada da discussão histórica sobre a (re)inserção e importância da psicologia no currículo do Ensino Médio, constitui também como forma de legitimação de um campo de atuação histórico para o psicólogo brasileiro. O artigo também apresentou uma constatação já reportada na literatura referente a escassez de produções acadêmicas sobre a licenciatura em psicologia. Embora a formação docente em psicologia seja uma realidade em diversas instituições do país, se encontra invisível do ponto de vista da



produção de conhecimento, o que pode incidir diretamente na qualidade da formação e profissionalização de futuros docentes de psicologia.

Como hipótese final do artigo, levanta-se a possibilidade de que as poucas matrículas e conclusões nos cursos de licenciatura em psicologia estejam relacionadas ao pouco investimento de políticas de formação nesta área, dentro e fora do campo da psicologia. Embora existam campos de atuação na Educação Profissional de Nível Médio para o licenciado e exemplos de práticas pedagógicas de professores de psicologia no Ensino Médio documentadas na literatura, assim como discussões de possibilidades de práticas docentes para professores de psicologia na escola, encontra-se poucos espaços de discussão e difusão de conhecimento sobre experiências docentes em psicologia como possibilidade de atuação para o psicólogo, inclusive, no interior dos próprios cursos de formação em psicologia. Esta situação constitui-se em obstáculo para a própria manutenção da licenciatura como possibilidade de formação complementar nos cursos.

Conclui-se, a partir dos dados coletados do Censo da Educação Superior, que o contexto em que se insere a licenciatura em psicologia não é favorável por dois motivos principais. O primeiro refere-se ao contexto de desvalorização e desprestígio do ofício docente frente a crise histórica das licenciaturas no Brasil. A segunda razão está ancorada no lugar histórico em que o campo da psicologia, enquanto ciência e profissão, tem se inserido como se observa mediante estudos sobre a constituição da psicologia como profissão no contexto da emergência da modernidade e das ciências em geral.

Destaca-se também a valorização atribuída aos cursos de licenciatura em relação aos de bacharelado/formação de psicólogos, que não se encontra na pauta de discussões da própria categoria profissional, como possível verificar pela expressiva quantidade de cursos de formação de psicólogos em relação aos de licenciatura, assim como pela indisponibilidade de dados relativos à atuação de licenciados em psicologia nas bases de dados do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Essa situação leva a outra questão que se refere à construção de uma identidade profissional para o professor de psicologia. Tendo sua formação realizada em uma instituição que valoriza em



seu currículo a formação do bacharel/psicólogo, que condições favoráveis terá o aluno de licenciatura em construir uma identidade profissional docente? Quais as epistemologias que norteiam o pensamento e prática de licenciandos e licenciados em psicologia em sua atuação em escolas de Educação Básica? Nesse contexto, há a necessidade que os cursos de psicologia repensem a estrutura e modelo da formação *complementar* do licenciado.

Outra questão a ser pensada a fim de se problematizar as condições de possibilidade para uma identidade profissional para o docente de psicologia é o fato de a licenciatura em psicologia ser apresentada como projeto pedagógico *complementar* à formação de psicólogos. Embora ajustada à legislação educacional vigente para a formação de professores, compreende-se que essa situação pode levar a uma descaracterização e subalternização da formação docente em psicologia, colocando não só a situação da habilitação licenciatura em desvantagem no campo curricular da graduação, como também a uma repetição do modelo formativo “três mais um”, há tempos criticado e superado por mudanças no campo legislativo.

É importante ressaltar também, que a defesa da licenciatura em psicologia não deve se pautar em perspectivas mercadológicas ligadas a mais um campo de atuação para o psicólogo. Suspeita-se que defesas dessa natureza podem levar a desvalorização desta formação e prática profissional, bem como a justificativas de escolha desta formação ligadas a uma complementação financeira. É importante que se investiguem quais os campos possíveis de atuação para o licenciado em psicologia e, feito isto, se (re) pense desenhos curriculares de formação de professores de psicologia coadunados com as reais possibilidades de atuação de licenciados em psicologia na Educação Básica.

Referências

AMADO, Ana Cristina Silva da. O ensino de psicologia: o cenário atual. In: SEKKEL, Marie Claire; BARROS, Carlos César. (Orgs.). **Licenciatura em psicologia: temas atuais**. São Paulo: Zagodoni, 2013, p. 77-94.

ARANHA, Antônia Vitória Soares; SOUZA, João Valdir Alves de. As licenciaturas na atualidade: nova crise? **Educar em Revista**, v. 29, n. 50, p. 69-



86, 2013. Disponível em: <
<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/34745/21530>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GOMIDE, Paula Inez Cunha. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. In: YAMOMATO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire. (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010, p. 228-255.

211

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.825-A, de 04 de agosto de 1958**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicologia, tendo pareceres: pela constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça; e, com substitutivo, da Comissão de Educação e Cultura. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1958 Disponível: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216279>>.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. (1962). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1962. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm>. Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 5, de 07 de maio de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. (2004). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2004. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. **Parecer 338, de 12 de novembro de 2009**. Aprecia a Indicação CNE/CES nº 2/2007, que propõe a alteração do art. 13 da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. (2009). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2009.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. (2011). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 dez. 2021.



BARROS, Carlos César. Reflexões sobre a formação de professores de Psicologia. **Temas em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 33-39, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v15n1/05.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: INEP, 1987.

CIRINO, Sérgio Dias; MIRANDA, Rodrigo Lopes. Ensinando psicologia: elementos para uma história sobre o professor de psicologia e a licenciatura. In: SEKKEL, Marie Claire; BARROS, Carlos César. **Licenciatura em psicologia: temas atuais**. São Paulo: Zagodoni, 2013. p. 43-60

DADICO, Luciana. Práticas educacionais distintas: A psicologia no ensino médio paulista. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 421-440. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a06.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p.

273-280, 2015. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1355/449>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. A psicologia de 1850 a 1950. In: MOTTA, M. B. de (org.). **Ditos e escritos. Vol. I**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/fwBNt6pKWJKTdYrCkxHjPdQ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FILHO, Kleber Prado; TRISOTTO, Sabrina. A Psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault. **Revista Aulas**, n. 3, p. 1-14, 2007. Disponível em: <[file:///C:/Users/Lucas/Downloads/1943-Texto%20do%20artigo-5423-1-10-20150320%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Lucas/Downloads/1943-Texto%20do%20artigo-5423-1-10-20150320%20(2).pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2021.

GATTI, Bernadete. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

GATTI, Bernadete Educação, escola, e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, v. 29, n. 50, p. 51-67, 2013. Disponível em: <



<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/34740/21529>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

HÜNING, Simone Maria; GUARESCHI, Neusa Maria Fática de. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: GUARESCHI, Neusa Maria Fática de; HÜNING, Simone Maria. (Org.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 159-182.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. In: Censo da Educação Superior, 2019.

KOHATSU, Lineu Norio. O ensino de Psicologia no ensino médio? Relatos de professores da rede pública do Estado de São Paulo. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 4, n. 2, p. 34-64, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v4n2/v4n2a04.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

KOHATSU, Lineu Norio. Narrativas de professoras de psicologia do ensino médio: entre memórias e reflexões. **Psic. da Ed.**, n. 41, p.65-81, 2015.

KOHATSU, Lineu Norio; MACHADO, Lucas Antunes. A disciplina de Psicologia no Ensino Médio: revisitando as práticas de professores da rede pública do Estado de São Paulo. **Educação Por Escrito**, v. 9, n. 2, p. 398-417, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/27862/17604>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

KRAHE, Elisabeth Diefenthaeler. **Reforma curricular das licenciaturas: UFRGS (Brasil) – UMCE (Chile) – décadas de 1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MASSIMI, Mariana. Projetos de lei prevendo a inserção da psicologia nos currículos do ensino superior e secundário no Brasil do século XIX. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 9, p. 2, p. 261-269, 1993.

MACHADO, Lucas Antunes. Psicologia no ensino médio e psicologia escolar: história, diferenças e perspectivas. *Psicol. Esc. Educ.*, v. 20, n. 1, p. 101-108, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/YZFR843rGjKbgFpFchCB8FF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MACHADO, Lucas Antunes; TIMM, Jordana Wruck; STOUBÄUS, Claus. D. A Formação de Professores de Psicologia: O Projeto Pedagógico Complementar da Licenciatura em Psicologia de uma Universidade Privada de Porto Alegre/RS. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 9, n. 19, p. 75-86, 2016.

MACHADO, Lucas Antunes. O ensino de psicologia na educação básica: análise da formação docente. **Revista Educação Online**, n. 27, p. 189-216, 2018. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/405/194>. Acesso em: 09 dez. 2021.



MACHADO, Lucas Antunes. Ensinar e aprender psicologia na escola: reflexões sobre o ensino engajado nas salas de aula. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 22, n. 00, p. e021012, 2021. DOI: 10.30715/doxa.v22i00.15386. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15386>. Acesso em: 11 dez. 2021.

MRECH, Leny Magalhães. Casa de ferreiro, espeto de pau: o campo da psicologia no Ensino Médio. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; SEVERINO, Antônio Joaquim. (Org.), **Conhecimento, pesquisa e educação**. Campinas: Papyrus, 2001, p. 149-159.

MRECH, Leny Magalhães. Um breve histórico a respeito do ensino de psicologia. **Educação Temática Digital**, v. 8, n. 2, p. 255-235. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/657>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MRECH, Leny Magalhães. O Ensino de Psicologia: A Imagem Escura de uma Profissão Difusa. In: SEKKEL, M. C.; BARROS, C. C. (Org.). **Licenciatura em psicologia: temas atuais**. São Paulo: Zagodoni, 2013, p. 147-160.

MACHADO, Adriana Marcondes; SEKKEL, Marie Claire. Licenciatura em Psicologia: A Experiência do IPUSP. In: SEKKEL, Marie Claire; BARROS, Carlos César. **Licenciatura em psicologia: temas atuais**. São Paulo: Zagodoni, 2013, p. 147-160.

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves. da. A emergência de Saber Psicológico e as Políticas de Individualização. **Educação e Realidade**, v. 29, n. 1, p. 187-198, 2004. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25425/14751>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

PFROMM NETTO, Samuel. As origens e o desenvolvimento da psicologia Escolar. In: WECHSLER, Solange Muglia. (Org.). **Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática**. Campinas: Alínea, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza. A psicologia em questão. In: PATTO, Maria Helena Souza; FRAYZE-PEREIRA, João Augusto. (Orgs.). **Pensamento cruel – humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 4-15.

PANDITA-PEREIRA, Angelina; SEKKEL, Marie Claire. Possibilidade de Atuação para o Licenciado em Psicologia nas Etecs. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 4, p. 972-985, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n4/v32n4a15.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lúgia Oliveira de; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.



SOARES, Rosângela. Fundamentos da educação nos currículos de II grau: Psicologia. **Reflexão e Ação**, 4 (1/2), 63-68, 1996.

SIMÕES, Sônia Pires; PAIVA, Maria Graças Vasconcelos das. Licenciatura em Psicologia: legislação e nova proposta curricular na Universidade do Estado Rio de Janeiro. **Temas em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 115-125, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v15n1/12.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SOLIGO, Ângela Fátima et al. **Psicologia no ensino médio: desafios e propostas**. In: Conselho Federal de Psicologia (Org.). Nota Técnica encaminhada aos senadores e deputados. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2008.

SOLIGO, Ângela Fátima; AZZI, Roberta Gurgel. **Psicologia no ensino médio: desafios e perspectivas**. São Paulo: Conselho Regional de psicologia, 2009. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/documentos/Texto_Base_Eixo_4_Ensino_Medio.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SOLIGO, Ângela Fátima. Psicologia no Ensino Médio: reflexões em torno da formação. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Org.). **Ensino de Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas**. São Paulo: CRPSP, 2010, p. 9-12.

SCHWERZ, Roseli Constantino; DEIMLING, Natália Neves Macedo; DEIMLING, Cesar Vanderlei; SILVA, Daniele Cristina da. Considerações sobre os indicadores de formação docente no Brasil. **Pro-Posições**, v. 31, p. 1-28, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/hhGmr3GPndVmfPMk3rt6x5Q/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Sobre o autor

Lucas Antunes Machado

lucas.machado@outlook.com.br

Possui mestrado em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS) e é doutorando em Sociologia (PPGS/UFRGS). Psicólogo e licenciado em Sociologia. Professor de Sociologia na rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ecologias Cognitivas (NUCOGS/UFRGS) e do Coletivo bell hooks: Formação e Políticas do Cuidado (PPGPSI/UFRGS). Pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência (NEPEVI/PUCRS).

